

ENTRE O DIREITO E A SOCIEDADE: entrevista com Bryant Garth // *Fernando de Castro Fontainha*¹, *Izabel Saenger Nuñez*² e *Paulo Eduardo Alves da Silva*³

No dia 30 de maio de 2015, durante a conferência anual da *Law & Society Association*, que acontecia na cidade de Seattle, Bryant Garth concedeu uma entrevista aos três autores. Um dos mais influentes acadêmicos do campo da Sociologia do Direito, e um dos principais quadros do que se denominou *Law & Society Movement*, ele nos concedeu mais de duas horas de entrevista. Falamos sobre suas origens familiares, sua opção pelo curso de Direito e a construção de sua carreira. O leitor acompanhará o contexto dentro do qual ele ocupou diferentes posições jurídicas e acadêmicas, bem como constituiu redes e produziu trabalhos. Interessa particularmente a uma reflexão biobibliográfica a maneira como Bryant Garth se constituiu como ator singular no nosso campo de estudos. Se por um lado, cresceu academicamente sob influência da primeira geração do L&SM (David Trubek, Lawrence Fridman, Marc Galanter), de forte ancoragem americana, de outro construiu parcerias sólidas com pesquisadores europeus, notadamente Mauro Cappelletti e Yves Dezalay. Se trata de uma trajetória a partir da qual se pode observar privilegiadamente a convergência da empiria americana e do comparatismo europeu para a produção de algo realmente novo na Sociologia do Direito. Esta entrevista se pretende uma fonte para estudos e reflexões. Ela se apresenta na exata forma em que foi gravada. Sua transcrição direta do inglês foi realizada por Izabel Nuñez e Veridiana Domingos Cordeiro. A conferência de fidelidade e a tradução para o português foram realizadas por Izabel Nuñez. A revisão técnica da tradução foi realizada por Fernando Fontainha e Paulo Eduardo Alves da Silva. Os perfis das pessoas mencionadas pelo entrevistado foram feitos por Paulo Eduardo Alves da Silva. Boa leitura:

1 Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

2 Doutoranda em Antropologia na Universidade Federal Fluminense (UFF).

3 Professor da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (FDRP/USP).

Fernando Fontainha: É dia 30 de maio de 2015, estamos em Seattle, no hotel Westin Seattle, onde está acontecendo o Encontro Anual da *Law & Society*. Entrevistaremos o professor Bryant Garth. Como entrevistadores temos eu, Fernando Fontainha, professor do IESP/UERJ; Paulo Eduardo Alves da Silva, da Universidade de São Paulo (USP) e Izabel Nuñez da Universidade Federal Fluminense (UFF). E claro, nosso entrevistado, Professor Bryant Garth, da Universidade da Califórnia-Irvine. Bryant, nós gostaríamos de lhe perguntar, primeiro, temos aqui alguns dados sobre a sua trajetória, verificamos que você nasceu no dia 9 de dezembro, em San Diego, na Califórnia. Você poderia nos descrever a casa onde você cresceu, o lugar e as pessoas com as quais você foi criado? O nome e as profissões dos seus pais?

Eu nasci no que provavelmente se chamaria de uma família de classe média alta, num subúrbio bastante rico de San Diego, chamado La Jolla, que vocês devem conhecer. Meus pais não eram ricos e o meu pai sempre foi aposentado, então vivíamos de renda, mas rendas não muito afortunadas. Eu cresci muito focado nos estudos e acho que compreendendo que meus pais eram muito ativos e acreditando que eles eram parte da classe alta, mas eu podia ver que éramos uma família decadente, ao invés de uma família ascendente. Então se eu estivesse entrevistando a mim mesmo, essa seria uma das coisas que eu perceberia, que me deu talvez um pouco mais de ambição por que eu não era, eu percebia, que eu não vinha de uma família abonada.

FF: E você cresceu entre irmãos e irmãs?

Um irmão mais velho e uma irmã mais nova.

FF: Eles também estão no campo do direito?

Ambos são juristas⁴. Mas eu não venho de uma família de juristas. Eu cursei a faculdade de direito, depois meu irmão cursou e depois minha irmã. Foi,

4 NT: Do original: “lawyers”. Em inglês, todas as profissões do campo jurídico podem ser designadas pelo termo. Assim, por não podermos precisar a atividade dos irmãos do entrevistado, optamos por usar o termo “jurista”.

eu penso, eles fizeram o curso em parte por que eu fiz. E não é incomum nos Estados Unidos que pessoas que não saibam o que fazer, cursem a Faculdade de Direito.

FF: É, não é incomum. Bem, mas um pouco antes da Faculdade de Direito, como você descreveria sua vida na escola, antes da Universidade?

Eu era uma daquelas pessoas que de fato gostavam da escola. Eu praticava esportes, fui vice-presidente do grêmio da escola, voltado ao sucesso e conseguia o que eu queria. Mas era o Sul da Califórnia, na década de 60, então eu era um pouco mais bárbaro do que aparece no meu currículo. Eu certamente tive sorte por nunca ter arrumado problemas e ter uma boa posição para ir para a Universidade⁵.

Izabel Nuñez: Antes da Faculdade de Direito, você estudou literatura ou algo parecido?

Eu cursei American Studies⁶.

IN: American Studies. E como era, professor?

Eu fui para Yale, que era muito longe de San Diego. Minha mãe havia estudado em Wellesley, que era uma escola do leste e meus pais realmente gostaram da ideia de que eu fosse para Yale. Eu não tinha certeza no que queria me graduar, como amava história, American Studies pra mim era sobretudo história, você aprende sobre a época em que os Estados Unidos eram uma colônia, até mesmo um pouco de história europeia, por que o diploma em American Studies, você precisa saber um pouco de história Russa e a Guerra Fria, entre outras coisas. Então, como eu era muito fascinado por assuntos estrangeiros, relações internacionais, e era um

5 NT: Do original “college”. Não há correspondente em português, uma vez que os sistemas de ensino da sociedade americana e brasileira são diferentes. Optamos, portanto, por traduzir por Universidade, pois se trata do estágio subsequente ao final dos estudos secundários.

6 NT: Nos Estados Unidos o curso de Direito é uma pós-graduação. No nível da graduação, logo após o “segundo grau” há o *college*, no caso de *American Studies*, pode ser literalmente traduzido por *Estudos Americanos*. Optamos por manter o termo original de modo a conservar seu sentido.

momento especialmente bom para estar estudando, por que era o ano de 1970, quando tudo estava acontecendo no mundo: tínhamos as manifestações contra as invasões no Camboja e Yale fechou por muitas semanas, então era uma época em que as pessoas levavam as ideias a sério. Você lia muita literatura crítica, era parte da formação de todos naquele momento.

FF: Deixe-me perguntar algo, por que esse é um tipo de formação acadêmica que não temos no Brasil, então para um leitor brasileiro, você poderia explicar melhor o que é uma formação chamada “*American Studies*”? É um curso de três anos, é um bacharelado?

Existia uma tendência para diplomas interdisciplinares, então a ideia era que ao invés de apenas fazer história ou literatura, você poderia combinar ciência política, história, alguma literatura, em algo chamando American Studies. Assim você teria também Estudos Europeus, etc. Hoje você tem Estudos Latino-Americanos, Estudos Africanos, era o início desse movimento. Se você fosse lecionar no curso de American Studies você provavelmente não teria se formado em American Studies. Você teria um doutorado em uma dessas três disciplinas. Esse era apenas um dos muitos diplomas que você poderia escolher e, se você soubesse a forma como gostaria de trabalhar, você podia passar um ano apenas cursando as disciplinas e depois escolhia a área de estudo de sua preferência. Você poderia ser um cientista, podia ter um diploma em matemática, e eu definitivamente fui para longe disso.

IN: Você mencionou que, bem, na década de 60 você estava no Secundário em San Diego e que na década de 70 você estava na Faculdade. Então como esses dois períodos afetaram sua vida? Porque você disse algo sobre isso, mas eu gostaria de saber mais, por que parece haver uma conexão...

Bem, me parece que todo mundo que cresceu naquele momento, foi formado em parte pela Guerra do Vietnã, em oposição à guerra, lendo especialmente literatura de esquerda e essa certamente era minha inclinação naquele momento, o que não era incomum. Então, eu fui a manifestações, participei de ativismos, não como um grande líder, mas

*eu fui para a Marcha sobre Washington contra a Guerra no Vietnã algumas vezes. Então me parece que éramos formados com um tipo de senso crítico posto em nossas cabeças por virmos de uma época muito *sui generis*.*

FF: Algumas pessoas dizem que a juventude é o momento no qual nos orientamos politicamente e, eu estou errado se eu disser que você é um homem de esquerda? Que nasceu em um momento e viveu na década de 60 e 70?

Foi isso. Mas eu também posso dizer que cresci em um lugar bastante conservador, meus pais eram liberais, então não estou longe... eu estava à esquerda dos meus pais mas eu não tive que brigar com eles para me opor à Guerra do Vietnã, por exemplo.

IN: Você mencionou, professor, que a sua mãe também foi para Yale?

Ela foi para Wellesley, que é um tipo de... costumava ser parte das Seven Sisters⁷. Havia a Ivy League, que é masculina, e a Seven Sisters, da qual fazem parte Smith, Radcliffe e Wellesley. Minha mãe tinha muito orgulho de ter ido para esta Liga de escolas femininas. E meu pai foi para Stanford, ele cursou uma faculdade muito respeitável, mas ambos queriam para mim uma Universidade que fizesse parte da Ivy League.

FF: Então você concluiu seus estudos em *American Studies* e estava pronto para cursar Direito ou não? Como surgiu a ideia de cursar Direito?

Bem, me recordo que eu não conhecia nenhum jurista, eu nunca havia encontrado um jurista e, para ser honesto, eu queria cursar história mas eu... por que estava quase 5 mil quilômetros longe, eu havia me casado com minha namorada dos tempos de escola, já nos primeiros anos da Faculdade, o que era muito incomum e tínhamos um bebê. E uma formação em história, naquele momento, em

⁷ NT: *Seven Sisters* ou Sete Irmãs, era o grupo de sete universidades de artes, conhecidas por serem liberais, localizadas no nordeste americano e destinadas exclusivamente às mulheres, em paralelo à *Ivy League*, que era a liga masculina de esportes composta por ⁸ Universidades do Nordeste Americano, da qual Yale faz parte.

que não havia empregos... decidi que eu faria algo mais prático, e a Faculdade de Direito é prática. Então concorri à uma vaga no curso de Direito, não por que eu quisesse ser um jurista, eu ainda almejava encontrar uma forma de me tornar professor, professor universitário, mas pensei que era necessário encontrar um caminho para arranjar um emprego. Como meu orientador de Yale, que era historiador, só conseguiu inicialmente emprego como bibliotecário, ele me disse: “não vá cursar História, você não vai encontrar trabalho”. Então, como não queria assumir aquele risco, fui cursar Direito.

FF: Estou muito interessado em saber, não de forma geral, mas a partir da sua experiência, como foi o processo seletivo? Você se candidatou apenas para Yale? O processo em si, você lembra?

Para o Curso de Direito? Não, eu fiz o processo seletivo para cinco ou seis Universidades.

FF: Você lembra quais?

Sim. Eu fiz o processo para Berkeley, Harvard, Stanford, UCLA, e Northwestern.

FF: E Yale?

Não, eu não fiz o processo seletivo para Yale. Fui para Yale na graduação. Eu fui para Stanford e queria muito voltar para a Califórnia. Me considerava um Californiano. Na verdade eu fui aceito por Stanford mais no final do processo seletivo, eu já havia assinado uma carta de financiamento em Boston, para ir para Harvard. E Stanford ainda não era sequer... hoje em dia Stanford é considerada uma das três melhores Faculdades de Direito. Naquele momento tinha uma ótima reputação mas não era o que é hoje. Por isso meus pais sequer me disseram que eu havia sido aceito em Stanford, minha irmã o fez. Coloquei minha esposa e o bebê no carro e dirigi de volta para a Califórnia e comecei a Escola de Direito em Stanford.

FF: Para estar próximo da Califórnia?

Sim. Eu pensava que iria morar para sempre na Califórnia. Obviamente que não morei, mas era isso

que eu pensava que aconteceria.

FF: Seu primeiro ano... seu primeiro contato com o mundo jurídico, a Escola de Direito, os professores...

*Foi a Escola de Direito... Me saí bem como um aluno de Direito. Certamente investi nisso, me tornei o editor-chefe, no segundo ano, do *Jornal de Estudos Internacionais*. E fiz algumas atividades pro bono, trabalhava meio período, então era bem envolvido na Escola de Direito. Entretanto, as disciplinas não eram tão estimulantes quando aquelas que cursei como aluno de graduação, eram práticas demais, eu acho.*

FF: Digamos, os aspectos mais técnicos do Direito?

Aspectos mais técnicos e, além disso, parecia que estávamos aprendendo Direito ao invés de aprendermos sobre o Direito. E na verdade, eu tinha... eu trabalhava meio período em Palo Alto para um escritório pequeno, o que era pouco comum mas eu estava tentando sustentar minha esposa e meu filho, então eu trabalhava muito. E havia esse escritório pequeno que gostava de mim e eu gostava deles, eu iria me tornar um advogado de Palo Alto, embora eu ainda desejasse em algum momento começar a dar aula, de alguma maneira eu sabia como isso se daria, mas eu aceitei o emprego nesse escritório em Palo Alto e eu iria ficar lá e trabalhar. Um dia eu vi em um quadro de avisos uma bolsa de pesquisa em Florença, Itália, e era Capelletti. Ele estava contratando pesquisadores para o projeto Acesso à Justiça e eu não sabia para o que ele estava contratando mas eu quis ir, por que senti vontade, por qualquer razão que seja, eu nem me preocupei sobre o que era esse projeto. Eu queria ao menos aprender mais uma língua estrangeira. E ao menos eu aprenderia italiano, se eu fosse para a Itália. E eu acabei lá, com mais três americanos, trabalhando no projeto, dois deles já haviam terminado os estudos, e eu. Então eu comecei e, depois de terminar o curso de Direito, me afastei do escritório de advocacia de Palo Alto por um ano, e iria ficar apenas um ano [em Florença], trabalhar na pesquisa por um ano, seja lá com o que ele estivesse trabalhando, e então tudo aconteceu. Era um projeto da Fundação Ford sobre Acesso à Justi-

ça e eu me interessei por ele, estávamos na Itália e então fiquei, obviamente, eu me identifiquei muito mais com o projeto. Capelletti e eu nos entendemos e, de certa maneira, me tornei aquele tipo de pessoa que se envolve no processo de escrita, edição e outras partes diferentes do projeto. Então, isso era 1976 e, enquanto estávamos em Florença, a Universidade Europeia, que é um projeto longo, estava começando a abrir em Florença e eles disseram que haviam contratado o Mauro [Cappelletti], o que foi uma coincidência, por que ele não estava no primeiro grupo, mas a Itália mudou e ele tornou-se o substituto. Cada país da Comunidade podia nomear um professor para o projeto original, então ele foi um dos professores fundadores do Departamento de Direito e eles disseram que gostariam de ter um ou dois americanos, por que estavam interessados em pesquisadores que tivessem conhecimento sobre Direito Constitucional, pois o constitucionalismo europeu estava emergindo. Assim, eu consegui uma bolsa de estudos para estar na primeira turma da Universidade Europeia e então dei adeus ao meu emprego no escritório de advocacia de Palo Alto. Mas o que era interessante, na minha perspectiva, é que quando comecei a trabalhar com Mauro Capelletti – é que comecei a trabalhar três meses antes dos demais pesquisadores – e permaneci em Palo Alto até ir para a Itália. Nesse momento Mauro tinha na mesa dele dois artigos, que haviam acabado de ser escritos e que foram enviados para ele. Um, de autoria de David Tru-

bek⁸ e Marc Galanter⁹, chamado “Schollars in self-estrangement”¹⁰, sobre direito e desenvolvimento e outro, de Marc Galanter, “Why the ‘have’s’ come out ahead”¹¹. E eu os levei para casa e os li, e eu decidi que a Faculdade de Direito era muito mais interessante do que eu pensei que fosse, e essas ideias conectavam, digamos, minha orientação de

8 David M. Trubek (1935) é professor de Direito na Universidade de Wisconsin, em Madison, e um dos membros da Law and Society Association desde a sua constituição. O Professor Trubek tem uma relação especial com o Brasil desde o final da década de 1960, quando foi Consultor Jurídico da Missão “USAID” no Brasil e desenvolveu a primeira onda de projetos na linha de “Direito e Desenvolvimento”, retomada recentemente em Programas de Pós Graduação no Brasil. Trubek sempre foi um ativo pesquisador e empreendedor de projetos de pesquisa no âmbito da *Law and Society* nos EUA e em todo o mundo. Além dos projetos em “Direito e Desenvolvimento”, Trubek dirigiu o conhecido e referencial “CLPR - Civil Litigation Research Project”, que produziu trabalhos marcantes nos estudos sobre “litigation”, “dispute resolution” e “legal mobilization”, na década de 1980. Trubek já lecionou em diversas universidades brasileiras, publicou trabalhos em co-autoria com professores brasileiros e atualmente coordena dois projetos internacionais com participação de professores e pesquisadores brasileiros, alguns deles membros da REED: o LANDS, *Law and the New Developmental State*, e o GLEE, Project on Globalization, Lawyers, and Emerging Economies. É também atualmente coordenador do projeto Law and the New Developmentalism, do Harvard Institute on Global Law and Policy.

9 O Professor Marc M. Galanter (1931) é Professor Emérito da Universidade de Wisconsin, Madison e professor visitante da *London School of Economics and Political Sciences*, na Inglaterra. É também fundador da *Law and Society Association*, que presidiu de entre 1983 e 1985. Sua produção é vasta e suas ideias originais e muito influentes. Entre outros referenciais trabalhos, ele é o autor do artigo considerado o mais citado no campo do “*Law and Society*” - o “*Why the haves come out ahead*”, de 1974, mencionado acima por Bryant Garth como referência de Mauro Capelletti. Neste artigo, Galanter cria a famosa tipologia dos “*litigantes habituais*” e “*litigantes eventuais*”, “*repeat-players*” e “*one-shooters*” e explica como o primeiro tem mais vantagens que o segundo. Galanter ainda escreve e leciona sobre Direito Sul Asiático (particularmente, da Índia), Direito e Ciências Sociais, Profissões Jurídicas, Contratos, Solução de Disputas. O Professor Galanter é também um colecionador de livros de piadas sobre advogados e, em 2006, escreveu “*Lowering the Bar*,” um livro com análises sociopolíticas baseadas em piadas sobre o mundo jurídico. O Professor Galanter é parceiro antigo da Reed e participou como conferencista internacional do 3o EPED, em 2014, na Faculdade de Direito da USP de Ribeirão. A Revista da Reed no. 1, volume 2, de 2014, publicou uma interessante entrevista feita com o Professor Galanter na ocasião.

10 Trubek, D; Galanter, M. *Scholars in Self-Estrangement: Some Reflections on the Crisis in Law and Development Studies in the United States*. Wisconsin Law Review 1062 (1974).

11 Galanter, M. *Why the “Haves” Come out Ahead: Speculations on the Limits of Legal Change*. *Law & Society Review*, Vol. 9, No. 1, (Autumn, 1974), pp. 95-160.

esquerda com o que era o direito, direito e mudança social através do direito. E colocaram o tema na agenda, o que me deixou muito mais entusiasmado para trabalhar com o projeto e, claro, através do projeto eu conheci essas pessoas.

IN: Você estava contando, professor, sobre a sua experiência na Europa, mas você também terminou o JD [Juris Doctor¹²] aqui nos Estados Unidos. Como foi? Por que você tem ambas as formações...

Um JD em Stanford. Depois eu acabei fazendo o Doutorado na Universidade Europeia, em Florença, e isso foi em parte para, de certa maneira, justificar estar na Itália. Por que eu sabia, naquele momento, que eu queria ser professor e então eu já conhecia pessoas que eram professores e eu estava publicando, então eu sabia que tinha algumas chances de ingressar no mundo acadêmico, mas pensei que seria bom ir além e fazer o doutorado na Universidade Europeia como uma boa evidência simbólica de ter estado lá, fazendo algo. E também em função do Mauro, com quem naquele momento eu já estava muito conectado... eu fiz esse livro sobre Escritórios Locais de Advocacia para os Pobres¹³, cuja pesquisa me demandou viajar, às expensas da Universidade Europeia, entrevistando pessoas e foi interessante por que...

FF: Essa foi a sua tese de doutorado?

Sim.

FF: Você recorda o título, o título exato?

Sim, foi publicado como livro, intitulado "Neighborhood Law Firms for the Poor"¹⁴. É um estudo comparado sobre Europa, Canadá, Austrália e os Estados Unidos. De certa forma, o que eu acabei fazendo, por que era a difusão da ideia de advogados ativistas para os pobres, que começaram a surgir nos Estados Unidos e foram copiados na In-

12 NT: Nos Estados Unidos a formação jurídica contempla o *Juris Doctor* (JD) e não o *Doctor of Philosophy* (PhD).

13 NT: no original "Neighborhood Law Firm's for the poor".

14 *Neighborhood Law Firms for the Poor: A Comparative Study of Recent Developments in Legal Aid and in the Legal Profession* (Alphen aan den Rijn, Sijthoff, 1980).

glaterra, França, Holanda e outros países, embora tenham sido modificados nesses países. Então era divertido trabalhar nessa pesquisa e escrevi como tese. Foi publicado na Europa. É muito difícil de conseguir uma cópia atualmente, mas existe.

IN: Foi publicado na Europa?

Sim, eu acho.

FF: Você lembra o editor?

A editora era Sijthoff.

FF: Holandesa?

Sim, Holandesa, mas eles foram comprados por outra editora. Você pode encontrar um exemplar nas livrarias. Eu comprei um nos últimos cinco anos, por que eu não tinha uma cópia. Dei para o Museu da Justiça e da Igualdade¹⁵ ou algo como isso.

FF: Um pouco antes, eu estou muito interessado... você estava seguindo uma carreira que levaria a ser um advogado de Palo Alto, mas como você descreveria esse desejo, naquele momento, não depois de conhecer o Mauro Capelletti, mas antes, o que, subjetivamente o levou a almejar o mundo acadêmico?

Era em parte por que, como eu disse, eu era interessado em História antes e, seja lá por que razão, penso que eu era apenas uma dessas pessoas que investe muito nos estudos. Eu amava ler, escrever, pesquisar e eu me sentia muito confortável naquele ambiente e nunca tinha... eu não era talhado para o mundo dos negócios e, bem, eu estava pronto para ser um advogado, mas essa não era a minha primeira opção, era uma espécie de "eu tenho que", claro, a ironia é que eu teria estado em Palo Alto, no surgimento do Vale do Silício, e seria um bom lugar para estar, caso eu quisesse ser advogado, mas eu sou muito mais feliz depois de ter desviado para a academia. Acabou acontecendo que eu nunca pratiquei a advocacia.

FF: Sua esposa, filhos, a preocupação com dinheiro e

15 NT: do original "Museum of Equal Justice".

etc., eles o apoiavam? Especialmente a sua esposa? Estou falando da decisão de ir para a Itália.

Ah, sim. Eles... eu tinha dois filhos no momento em que fomos para Itália e a terceira, Daniela Maria, nasceu em Florença. Então a minha esposa estava pronta para a aventura. Nós pensamos que seria possível viver na Itália gastando menos do que de fato gastávamos mas, naquele momento, e isso é contar a história como ela realmente é, parte do motivo de ter podido ficar mais dois anos é que minha tia havia se casado com um advogado formado em Harvard, um advogado muito bem sucedido, como seu segundo marido, e ele afeiçãoou-se por nós e nos enviava algum dinheiro para nos ajudar a ficar, e isso tornou as coisas muito mais simples e era uma questão de fé, de certo modo, então nós ficamos. Penso que possivelmente teríamos ficado, mas teria sido mais difícil, especialmente mais difícil para a minha família, mas nós amávamos estar lá e minha esposa encomendou um livro de receitas italianas, enquanto estava lá, colecionava antiguidades, coisas antigas e baratas que ela polia e vendia. Ela teve muita determinação enquanto estava lá.

IN: Você mencionou, professor, que não trabalhou como advogado mas encontramos em nossa pesquisa a informação de que o senhor trabalhou como assessor de um juiz¹⁶. O senhor, em algum momento, antes de trabalhar em Palo Alto, desempenhou essa função?

Sim. O que aconteceu foi que eu estava na Universidade Europeia e sabia que, para me tornar professor, provavelmente eu necessitaria alguma experiência jurídica prática. E como parte do foco do projeto Acesso à Justiça eram tribunais ativistas e a Justiça Federal americana era muito ativa nesse momento, no tema das reformas prisionais, direitos civis, então eu estava interessado... E pensei que poderia lecionar processo civil e aprender como a Justiça Federal funcionava, e como eu tinha um amigo que havia assessorado um juiz federal, ele me disse que era uma ótima experiência, ele disse: “o juiz com quem trabalhei está interes-

sado em todas as coisas que você está interessado”. Por que eu estava fazendo serviços jurídicos alternativos, esses diferentes dos tribunais e relacionados ao acesso à justiça. Então eu voei de volta para os Estados Unidos, durante um feriado, e falei com o juiz. Ele me disse: “se você aplicar por dois anos, a partir de agora, eu te dou a vaga por dois anos”. Então, durante todo o tempo, eu sabia exatamente em que momento iria embora da Itália e eu teria que terminar minha tese. Então eu trabalharia como assessor por um ano. Assim eu voltei e passei a trabalhar lá, naquele momento, para um juiz. Mas eu devo dizer que, nesse meio tempo, por meio do projeto Acesso à Justiça, eu conheci David Trubek, Marc Galanter¹⁷ e Lawrence Friedman¹⁸. Este último eu conhecia um pouco como professor, e muitos outros. E David me convidou para produzir alguns dos primeiros estudos críticos sobre o direito, conferências em Boston. Então eu estava começando a construir um pouco da minha rede e a Law & Society estava recém se formando. Assim que, enquanto eu estive em San Francisco, organizei o painel que o Lawrence Friedman me impulsionou a fazer, sobre Acesso à Justiça. Assim, possivelmente nesse segundo ou terceiro encontro da Law & Society, eu estava participando enquanto era assessor. E aquilo me lançou e basicamente é onde eu tenho estado desde então.

17 V. biografias de Trubek e Galanter em notas de rodapé acima.

18 O Professor Lawrence M. Friedman (1930) é outro membro fundador da *Law and Society Association* e foi seu presidente entre 1979 e 1981. É professor de Direito e também de História e Ciência Política na Universidade de Stanford, autor de dois dos livros mais importantes e premiados sobre a História do Direito Norte-americano (“*History of American Law*,” 1973 e “*American Law in the 20th Century*”, 2003), além de outros tantos prêmios por sua vasta e diversa obra. Antes de ir para Stanford em 1968, lecionou na Universidade de Wisconsin, em Madison e na Universidade de Saint Louis. Possui também publicações referenciais nas áreas de “crime and punishment”, direitos humanos e “*Law and Society*”. Segundo um levantamento do Professor Brian Leiter, da Universidade de Chicago, o Professor Friedman foi o professor de História do Direito com o maior número de trabalhos citados (1890 citações entre 2000 e 2007). O Professor Friedman também escreve ficções e é autor de oito romances jurídico-policiais, protagonizados por Frank May, um advogado da cidade californiana de San Mateo. Atualmente, o Professor Friedman preside a Comissão Organizadora do Encontro Internacional da *Law and Society Association*, que acontecerá na Cidade do México em 2017e que conta com a REED como parceira institucional.

16 NT: Do original “clerk” que pode ser traduzido por assistente. No caso das profissões judiciárias a função é a que conhecemos no Brasil como assessor.

FF: De um ponto de vista acadêmico, é bem visto, digamos, obrigatório, passar um tempo como assessor?

Quanto mais alto for o juiz, mais prestigioso é ser seu assessor. Por isso o meu cargo não era dos mais prestigiosos, mas eu tinha algum prestígio e aceitei o cargo em razão do que eu podia aprender, mas isso te dá, todo mundo diz, conhecimento sobre a justiça federal, você de familiariza com muitos procedimentos e, provavelmente, talvez isso fosse, de certa forma, essencial. Por que se eu soubesse apenas sobre direito estrangeiro, sociologia jurídica, eles não saberiam onde me alocar no primeiro ano, por que é preciso lecionar uma turma de primeiro ano e dessa forma eu teria alguma credibilidade como professor de processo civil.

FF: Estamos falando do juiz Robert F. Peckham¹⁹, correto?

Sim.

FF: De que modo você o descreveria? Como um juiz ativista?

Bem, ele era parte da diversão, ele era um juiz ativista muito liberal, envolvido naqueles que, bem, poderíamos chamar de casos atraentes. Então eu trabalhei em um caso conhecido como “Larry P.” que foi, ao longo do tempo, muito desafiador para todo o estado da Califórnia, pois seria discrimi-

19 O Juiz Robert F. Peckham (1920-1993) foi um dos juizes mais importantes da Califórnia e, eventualmente, de todos os Estados Unidos e sua atuação foi marcante principalmente na era dos “Civil Rights”, na década de 1960 e 1970. Nascido em San Francisco e Graduado em Direito pela Stanford University em 1945, alternou atuação como advogado e assistente judicial até 1959, quando se tornou juiz estadual e, em 1966, foi nomeado juiz federal do Distrito do Norte da Califórnia. Peckham julgou casos emblemáticos sobre direitos das minorias raciais e de gênero, como casos de discriminação de mulheres em contratações de emprego (principalmente, no Departamento de Polícia de San Francisco), segregação racial em escolas (como os casos de uso de testes de QI enviesados em desfavor de negros), entre tantos outros. Sua atuação também foi referencial para a criação dos programas de mediação comunitária e judicial em San Francisco, bem como para o uso de câmeras de vídeo para auxiliar coleta de depoimentos e testemunhos em tribunais federais, ambos considerados dentre os pioneiros nos EUA. Até hoje o Juiz Peckham é lembrado como um dos juizes mais ativos e influentes das últimas décadas nos EUA.

natório²⁰. Me envolvi em alguns casos realmente interessantes e sabia a fama dele, e essa era uma parte do encanto de trabalhar para ele. Vendo se o processo é uma ferramenta de mudança social, e ver como isso funciona.

FF: Há outro aspecto importante. Talvez o seu trabalho mais lido, traduzido para o Português, seja Acesso à Justiça. O relatório geral que existe que foi publicado no Brasil. Você já viu o livro?

Sim, o vi muitas vezes. Foi traduzido por Northfleet²¹.

FF: Sim, foi traduzido pela Ministra Ellen Gracie Northfleet, talvez seja o mais conhecido sobre Acesso à Justiça para o público em geral no Brasil, o que o coloca em uma posição muito interessante de descrever-nos, talvez de modo mais detalhado, o professor Mauro Capelletti? Como ele era?

Ela era um homem muito focado, muito, muito astuto, muito empreendedor, muito comprometido com o ensino em... na direção de um ensino internacionalmente orientado, em um momento que isso não era valorizado na Itália e, você sabe... nem todo mundo gostava do fato dele ter um projeto da Fundação Ford e então, entre, digamos, entre a comunidade dos processualistas italianos, que faziam as suas carreiras escrevendo estudos técnicos, ele ultrapassou isso e disse “não, não quero fazer mais isso, quero lidar com grandes temas, controle constitucional do processo civil, acesso à justiça, assistência judiciária” e então eu fui puxado para aquilo, por ele. E ele deu, muito definitivamente, toda a orientação do projeto. O que aprendi com ele – e ele não escrevia em inglês nativo – então eu tinha que escrever muito, o que não significa que não fosse a sua escrita, por que era eu escrevendo as palavras dele, de qualquer forma. Então trabalhamos muito juntos, especialmente no relatório geral. Eu trabalhei nele por um longo período de tempo, mas ele de fato queria, ele era muito arguto sobre as três ondas, ele pensava que essa era uma exce-

20 NT: No sentido de que era um caso inédito e a decisão poderia ser uma nova orientação para esse tipo de caso nos EUA.

21 M. Cappelletti and B. Garth, *Acesso à Justiça* (Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988) (Ellen Gracie Northfleet translator).

lente forma de amarrar esse projeto: as três ondas de acesso à justiça. E, quando tudo estava pronto, neste momento, a terceira onda estava sendo enfraquecida, o mundo estava mudando, diversas espécies de acesso à direitos estavam enfraquecendo, Ronald Regan era o presidente dos Estados Unidos, o liberalismo estava começando a se espalhar e nós ficamos... assim, se você ler a introdução do volume III de "Acesso à Justiça"²² é mais pessimista que o volume um, que é onde o relatório geral estava²³. Parte do que eu trouxe foi... eu era uma nova geração e Mauro não vinha da sociologia jurídica, pode-se dizer, não vinha realmente.

FF: Ele trabalhou com processo civil?

Sim, ele era um processualista, mas ele se relacionou com Marc Galanter, Lawrence Friedman, David Trubek e Joel Handler²⁴ e muitos desses grandes gigantes do Law & Society Movement.

FF: Na Europa? Alguns sociólogos na Europa, talvez?

Sobretudo, na verdade, com sociólogos nos Estados Unidos por que sociólogos na Europa, como você mencionou ontem, eram muito mais como os sociólogos no Brasil, muito teóricos e não estavam voltados para a empiria. Então ele insistiu no Acesso à Justiça, para que todos fizéssemos algum trabalho empírico. Ele de fato instigou isso, mas a sociologia do direito como tal, ele nunca quis ir tão longe. Provavelmente eu tenha colocado mais disso no projeto, no sentido que ele teria feito e eu continuei lá, enquanto depois disso ele se voltou

22 M. Cappelletti and B. Garth, eds., *Access to Justice: Emerging Issues and Perspectives* (Leyden and Boston/Milan, Sijthoff/Giuffrè, 1979) (Vol. III of the Florence Access-to-Justice Project).

23 M. Cappelletti and B. Garth, eds., *Access to Justice: A World Survey* (Leyden and Boston/Milan, Sijthoff/Giuffrè, 1978) (Vol. I of the Florence Access to-Justice Project series).

24 Joel Handler também é fundador da *Law and Society Association*, que presidiu de 1991 a 1993, e também iniciou carreira na Universidade de Wisconsin, Madison. Atualmente, ele leciona na Faculdade de Direito da Universidade de Stanford, na Califórnia. Suas pesquisas abordam a relação do Direito com a pobreza (tema do curso que oferece em Stanford), com o Welfare State e com o conceito de cidadania. Seu livro "Down from Bureaucracy: the Ambiguity of Privatization and Empowerment", de 1996, foi considerada a melhor publicação em ciência política nos EUA e ele foi eleito "fellow" da *American Academy of Arts and Sciences*, em 2004).

para as questões de integração europeia, questões mais legais, na sua carreira. Mas fizemos muitos trabalhos e projetos juntos sobre acesso à justiça e resoluções alternativas de conflitos, mesmo depois que comecei a dar aula. E voltei e dei aulas na Universidade Europeia algumas vezes, no início dos anos oitenta. Ele, tristemente, sua mente, ele teve demência e morreu muito cedo, não esteve bem por um longo período. Mas era uma pessoa cheia de vida, definitivamente, ele enchia uma sala quando estava nela e, no estilo clássico de fazer direito comparado, abria todas as palestras que dava sobre direito comparado, falando em inglês, português, italiano, francês, alemão, para cumprir todo mundo na sala, então ele...

FF: Era um personagem?

Sim, um personagem... tivemos recentemente, em dezembro, um evento em Florença todo dedicado a ele, foi muito legal. Eu falei sobre acesso à justiça, foi muito bom escrever aquela palestra.

FF: Você tem alguma pista sobre como Mauro conseguiu o financiamento da Fundação Ford? Eu pensava que era UNESCO...

Não houve, eu acho que não houve financiamento da UNESCO, pode ter existido para Theoretical Justice, mas ele decidiu estudar assistência judiciária e houve uma pessoa, eu penso, um americano, chamado Earl Johnson Junior²⁵, que depois tornou-se juiz, mas tinha escrito um livro²⁶ sobre a história dos serviços de atendimento jurídico nos Estados Unidos, e ele estava interessado no que estava acontecendo fora. Por isso ele e Mauro se uniram e, originalmente, o projeto Acesso à Justiça

25 Earl Johnson Jr. é um professor e juiz aposentado de *Court of Appeal* do Estado da Califórnia que trabalhou originalmente no Projeto Acesso à Justiça, com Mauro Cappelletti e Bryant Garth. Lecionou em diversas instituições, dentre as quais a University of Southern California, foi *Visiting Scholar* na Universidade da Califórnia em Berkeley e e publicou muitos artigos sobre acesso à justiça e outros temas. Em 1982, foi nomeado juiz estadual na Califórnia, atividade que exerceu até 2007. Seu livro, mencionado na entrevista, foi reeditado e republicado em três volumes recentemente, em 2014.

26 "To Establish Justice for All: The Past and Future of Civil Legal Aid in the United States".

era de ambos, mas Earl Johnson saiu da liderança do projeto e acabou contribuindo apenas com alguns capítulos, mas meu palpite é que ele, Earl Johnson, tinha algum laço com a Fundação Ford e Mauro tinha laços com a Fundação Agnelli, que é uma grande fundação italiana e por isso a maior parte do dinheiro do projeto veio da Agnelli, mas o dinheiro simbólico veio da Fundação Ford.

FF: Qual o nome da instituição italiana?

Agnelli, A-G-N-E-L-L-I.

FF: Ok, apenas para registrar por que eu não tenho certeza que acharemos isso depois da entrevista, eu nunca ouvi falar nesta fundação. Também gostaria de lhe perguntar como você compararia um “doutorado” americano em direito (o JD) e um doutorado europeu (PhD)?

Bem, o JD americano não tem nenhuma, quase nenhuma, pesquisa no seu programa, talvez seja exigido um paper, para uma aula, mas em um doutorado europeu você de fato precisa escrever uma tese substancial, então foi muito diferente. Claro que eu não fiz algo assim, por que os critérios ainda eram um pouco indeterminados, uma vez que eu fui a primeira pessoa a completar a tese para a Universidade Europeia, mesmo que tenha sido o segundo a pegar o diploma. E, por isso, não havia modelo naquele momento. Então eu apenas escrevi um livro, pois naquele momento eu já havia aprendido com Mauro a não ter medo de apenas escrever um livro. A estar disposto a pensar grande.

FF: Ele era seu orientador?

Sim, era ele. E era multinacional, eu tinha alguém mais da Irlanda, alguém da Inglaterra, alguém de... e dois italianos, eu acho, na minha defesa de tese.

IN: Professor, você disse algo sobre não ter medo de escrever um livro, escrever um livro e também terminar a sua tese, como é, e como era, a sua relação com a escrita, essa parte da vida acadêmica? Por que para nós, estudantes, para todos, é algo muito importante de ouvir.

Eu acho, que no tempo que eu estava escrevendo

minha tese, eu já havia escrito muito em coautoria com Mauro e, então, eu não escrevia na mesma voz quando escrevia sozinho, mas eu estava muito confortável ao produzir as palavras, e eu também havia sido editor de um jornal e tinha escrito textos para o jornal. Então acho que, por alguma razão, e eu acho que porque tinha muito pouco tempo, quero dizer, eu estava literalmente escrevendo “Acesso à Justiça”, editando, traduzindo, escrevendo cartas, pagando pessoas, eu fazia tudo isso durante o dia e então escrevia minha tese de doutorado entre nove da noite e quatro da manhã, então eu estava realmente... eu tinha que continuar escrevendo, escrevendo, escrevendo... e o trabalho era organizado por país, por isso eu podia escrever sobre a Inglaterra e escrever sobre os Estados Unidos, eu podia escrever... então foi... não foi assustador como poderia ser. E Mauro, a essa altura já confiava em mim, então nunca leu o trabalho, até que estivesse pronto. E ele apenas disse “bom” [risos]. Ele não era aquele tipo de orientador enérgico. Em parte, por que ele trabalhava de maneira tão dedicada em tudo que fazia, tinha essa rede internacional incrível, que escrevia com ele e o ajudava. Ele escrevia em torno de dez cartas por dia, difundindo... ele estava constantemente enviando nossas reedições e reimpressões, a biblioteca pessoal dele tinha quarenta mil volumes.

FF: Na casa dele ou no escritório?

Na casa dele. Fundamentalmente na casa dele. Começava no escritório compartilhado, e outra parte em casa, mas depois ele comprou uma casa enorme em Florença e construiu uma grande ala onde guardava os livros, tinha apenas livros.

FF: E ele trabalhava em casa e na universidade?

Sim, ele trabalhava na Universidade, até a hora do almoço, e depois ia para casa à tarde. Depois de almoçar em casa ele trabalhava, trabalhava, trabalhava.

FF: Você disse, relação de confiança, por que, vendo a sua trajetória, você começou como assistente de pesquisa, um jovem assistente de pesquisa em um projeto grande, mas acabou sendo seu coautor. Você

atribuiria isso à essa relação de confiança que você construiu com Mauro?

Sim, penso que sim, uma relação de muita confiança e eu penso, eu era bom no que fazia. Então ele definitivamente desejava delegar mais e mais. Por que eu prosperava, eu estava gostando e ele percebeu coisas que eu gostava de fazer e era, seja lá por que razão, eu queria ser um acadêmico, então eu me sentia confortável, talvez não confortável, eu tinha que aprender, mas eu de fato sentia como um desafio e eu queria corresponder. Eu não estava em Florença apenas para curtir e comer massa. Eu estava lá para me aprofundar e aprender tudo que eu pudesse. E era um tempo animado na Universidade Europeia também, eu trabalhava com pessoas de diferentes países, tínhamos listas de leituras, lemos Roberto Unger que estava surgindo, líamos trabalhos críticos, líamos os trabalhos críticos que surgiam sobre o estudo do direito assim que surgiam, então era uma forma de... era um momento muito bom para mim, com um grupo de pesquisadores em volta, e nós nos incentivávamos constantemente.

FF: Era viver em uma comunidade acadêmica?

Sim, de pioneiros, por que era o primeiro grupo da Universidade Europeia.

FF: Havia aulas? Havia debates? Como era o programa de doutorado?

O doutorado consistia em seminários sobre diferentes temas, integração europeia, acesso à justiça e não muitos outros e era apenas... era apenas uma questão de fazer... não havia formalidades de um número específico de horas e créditos, era tudo novo, era realmente fazer a dissertação.

IN: E como foi a pesquisa propriamente dita? Tempo para preparar a sua pesquisa, como era?

Bem, eu viajava, fazia viagens de campo. Eu ia e alguns, em parte por que era uma grande comunidade, e por isso conheci alguns juristas²⁷ militan-

27 NT: do original “lawyers”. Vide nota acima para mais informações.

tes na Bélgica e na Holanda e eles vieram estudar na Universidade Europeia no ano seguinte. Então formamos uma espécie de grupo de pessoas interessadas nos mesmos assuntos. E a Universidade Europeia tinha dinheiro para me mandar a esses lugares para fazer pesquisa, então era um sonho. E eu também não tinha uma biblioteca pessoal. Hoje em dia é possível fazer isso, mas naquele tempo você não podia. Então eu apenas escrevia cada artigo que eu queria ler e eles pegavam para mim. Eles vinham até mim e eu tinha acesso ilimitado à biblioteca, em relação a tudo que havia sido escrito sobre assistência judiciária nos Estados Unidos, bastava pedir, que viria na semana seguinte. Era o sonho de todo pesquisador. Além disso, Mauro estava tão conectado que as coisas vinham até ele, simplesmente chegavam em sua caixa de correio, por meio de pessoas, dizendo “aqui uma pesquisa sobre juristas ativistas na Inglaterra” e então você diria “me deixe ver isso” e deixe-me ir conversar com as pessoas que estão fazendo, que estão de fato envolvidas nisso. Por que ele de fato era tão conectado com o que estava acontecendo sobre qualquer tema, processo civil, reforma dos tribunais, assistência judiciária, que essa era em parte a forma como eu via as coisas acontecendo, a partir da mesa dele. Então eu disse, vou escrever sobre essas mudanças na assistência judiciária.

IN: Então o trabalho de campo consistiu em viagens e...

Viagens e entrevistas e pesquisa acadêmica tradicional e eu era completamente despreparado como entrevistador. Você pode imaginar, eu apenas saía, conversava com as pessoas e essa era a minha única experiência. Não era treinado como um sociólogo naquele tempo, certamente não.

FF: Mas você adquiriu as ferramentas, a informação metodológica...

Certo. Eu apenas comecei a fazer mais e mais e então você aprende mais e mais enquanto fala com mais e mais pessoas. Você tem uma noção, mas essa é uma longa história por que eu realmente comecei a fazer entrevistas, muitas, quando comecei a trabalhar com Yves e eu...

FF: Yves?

Com Yves Dezalay.

FF: Yves Dezalay, desculpe.

É uma espécie de desvio, e eu devo dizer que havia brasileiros envolvidos na pesquisa Acesso à Justiça, e foi por isso, talvez, que acabou sendo traduzida em português. Havia... Ada Pellegrini, ela era uma das pessoas, talvez não especificamente envolvida na pesquisa, mas muito próxima de Mauro Capelletti. Havia um juiz, professor em São Paulo, que também era famoso em processo civil, qual era seu nome...

FF: Candido Rangel Dinamarco? Pode ser?

Não, eu acho que não.

FF: Talvez o professor que recebeu Enrico Tulio Libman?

Não, mas esse eu sei quem é... era... eu vou encontrar pra você.

FF: Paulo vai saber. Quando ele voltar, vou perguntar a ele.

Um cara muito legal, por isso eu lembro...

FF: Também da Universidade de São Paulo como a Ada Pellegrini?

Provavelmente, mas a sua identidade principal, mesmo que os brasileiros tenham muitas identidades, eu penso que era juiz. Mas também um processualista, certamente um processualista comparativo...

FF: Então esses três nomes estavam envolvidos?

Sim.

FF: E você naquele momento tinha conhecimento de um envolvimento da Ministra Ellen Gracie Northfleet?

Não, eu não sabia quem ela era. E foi também traduzido para o espanhol e publicado em Buenos Aires. Então eu não sabia quem ela era, mas aconteceu algo interessante: depois eu voltei para fazer

pesquisa no Brasil com o Yves e nós estávamos interessados em certos juízes ativistas, então eu liguei para ela e ela me disse: “Ah, professor Garth, eu que traduzi o seu livro!” [risos]. Isso foi, em certa medida, como me encontrar na história.

FF: Então, você estuda elites. E eu gostaria muito de lhe perguntar se, naquele tempo, isso era considerado uma certa vantagem, ou um impulsionador de carreiras, se é que se pode dizer isso, ser alguém capaz de construir ligações entre a Europa e os Estados Unidos. Hoje é normal, mas naquele tempo eu imagino que fosse um momento muito diferente então, a oportunidade de haver alguém que pudesse construir ligações efetivas no mundo acadêmico entre a América e a Europa...

Acho que isso me ajudou um pouco. Mas não muito. Por que as pessoas gostavam do Mauro, ele veio para Stanford para construir essas ligações, então eu penso que muitas faculdades queriam uma pessoa para construir essa ligação, não duas. Eu estava um pouco atrasado, se é possível dizer, nesse sentido. E para mim o que importava era que eu havia publicado muito e também, possivelmente, importava para alguns que eu estava ligado de certa forma a esse movimento “direito e sociedade”, à literatura sobre direito e mudança social. Mas, acima de tudo, tudo o que importava era que eu tinha um bom diploma de direito e havia atuado como assessor de um juiz. De alguma forma eu sempre, enquanto estava no mercado de trabalho, tive que explicar até mesmo a pesquisa sobre acesso à justiça, por que os professores de direito americanos, e isso pode ser interessante para a sua pesquisa, eles diziam: “bem, eu li esse relatório geral e é muito descritivo, qual é a teoria?” e por teoria eles querem dizer teoria jurídica no estilo americano, que é muito normativa, muito baseada em princípios jurídicos com algum efeito. Eu tinha que explicar que, bem, eu podia fazer teoria jurídica americana, mas eu não era obcecado por aquilo. Então foi interessante, a forma como as coisas aconteceram.

FF: E você também tinha que explicar seu doutorado na Europa?

Isso era, de certa forma, apenas um pequeno e belo ornamento. Eu não precisava explicar por que

eu passei um tempo na Itália, por que eu tinha ao menos publicações mas tinha que explicar minha falta de experiência que, de certa forma, era uma questão. Eu quase... eu me questioneei muito, sobre o quanto eu deveria praticar direito por uns anos, para depois passar a lecionar direito no mercado de ensino. Mas eu tive sorte o suficiente e consegui o emprego em Indiana, então eu decidi esquecer a parte de praticar direito.

IN: Por quanto tempo você ficou na Itália?

Fiquei na Itália por três anos.

IN: E quando você voltou aos Estados Unidos?

Eu voltei para trabalhar como assessor em São Francisco.

IN: E quanto tempo você atuou em São Francisco, professor?

Fiquei por um ano no cargo, o que é o normal, e enquanto isso eu fazia seleções para atuar como professor. Naquele momento minhas referências eram Mauro Capelletti, provavelmente David Trubek, talvez ainda alguns dos meus outros professores de Stanford.

FF: Você lembra os nomes?

Barbara Babcock²⁸, vocês não devem conhecê-la,

28 Barbara Allen Babcock foi a primeira mulher admitida como membro regular (*regular faculty*) da Faculdade de Direito de Stanford, a primeira professora mulher a assumir uma cadeira (*endowed chair*) e também a primeira professora emérita da instituição - credenciais que retratam com fidelidade a sua trajetória em defesa de casos envolvendo igualdade racial e de gênero. Graduada em Yale em 1963, ela então atuou como assistente judicial no Distrito de Columbia, foi associada a um famoso advogado criminalista, ocupou a primeira diretoria do “*Public Defender Service*” do Distrito de Columbia e, já em Stanford, foi nomeada pelo presidente Carter para integrar a Divisão Civil do Departamento de Justiça em seu governo federal. Ingressou em Stanford em 1972, onde leciona Direito Processual Civil e Penal e História do Direito das Mulheres. Suas publicações constroem um interessante diálogo entre o direito processual e os estudos de gênero e vão desde um manual em Direito Processual Civil a uma biografia sobre Clara Foltz, a primeira mulher advogada no Oeste dos EUA (Stanford Press, 2011), passando por artigos em discriminações de gênero, mulheres no Direito, tribunal do júri, entre outros. Dentre outros prêmios, ela

mas ela um tipo... ela tinha uma carreira muito notável. Ela continua viva, assim como Tom Grey, seu marido²⁹, que também era uma das minhas referências, ambos... mas eu tinha passado um semestre no curso de direito, minha parte favorita do curso de direito, foi todo o semestre trabalhando para um escritório de advocacia engajado em discriminação de gênero, demandas empregatícias, e era com a Barbara Babcock. E aquilo realmente, para mim aquilo era o mais divertido, o mais interessante, o mais recompensador e era... eu aprendi algumas habilidades técnicas, mas eu também me interessei sobre o que é possível alcançar através do direito, através da judicialização.

FF: Então o trabalho em Indiana não foi o seu primeiro trabalho acadêmico?

Foi meu primeiro trabalho acadêmico.

FF: Nós encontramos algo como professor associado em Michigan.

Isso foi depois.

FF: Ah, ok.

Eu fui professor visitante em Michigan. Comecei a dar aula em 1979. E quando era professor visitante na Universidade Europeia, era apenas no verão. Então Michigan durou um ano, enquanto eu estava em Indiana, fui para Michigan e depois voltei para Indiana.

FF: Então não era *tenure track*³⁰?

recebeu por quatro vezes um prêmio de excelência em docência na Faculdade de Direito da Stanford University.

29 Thomas C. Grey também é professor na Faculdade de Direito da Universidade de Stanford, onde leciona “*Torts*” (há mais de trinta anos), Direito Constitucional, Teoria e História do Direito. Antes de ingressar em Stanford, Grey atuou como assistente judicial do Juiz da Suprema Corte dos EUA Thurgood Marshall, o que parece ter influenciado suas linhas e objetos de pesquisa. Em sua carreira, desenvolveu estudos principalmente em “*Legal Theory*” e história do pensamento jurídico norte-americano, tendo se especializado em estudar as decisões de Oliver Wendell Holmes. Escreve sobre correntes de pensamento da teoria jurídica nos EUA, como o pragmatismo, formalismo e o realismo, e sobre o que denominam de “*unwritten Constitution*”, ou Constituição não formal, não escrita.

30 NT: *Tenure* é a posição universitária homóloga à nossa estabele-

Indiana era uma tenure track. Mas eu cheguei a tenure, acho que no quarto ano lá. Em parte por que naquele momento eu já tinha um livro e tinha “Acesso à Justiça”, tinha meu livro e tinha as avaliações, por isso cheguei logo no tenure. E continuei escrevendo naquele momento, também fui aconselhado por alguém em Indiana, um amigo meu que, de modo a certificar-me de alcançar a tenure, sugeriu que eu deveria ao menos escrever um artigo no qual citasse casos. Por que eu estava fazendo esse tipo de sociologia jurídica orientada para transdisciplinaridade, ou seja lá do que se queira chamar isso, e eu pensei “se eu publicar algo sobre class actions, como um artigo de revisão jurídica, isso fará parte do meu dossiê de tenure”. O que me deu credibilidade como um acadêmico americano do campo do direito, não apenas alguém interessado em outras coisas, acesso à justiça...

FF: Você nunca pensou em buscar uma posição em uma faculdade de sociologia?

Não. Eu certamente pensei, como disse, sobre o doutorado em história. E quando estive em Stanford eu tentei fazer dupla graduação, mas era muito difícil, por que a escola de direito era baseada em semestres e as outras escolas eram baseadas em trimestres e eu era casado e trabalhava, então não funcionou. Eu nunca havia pensado em sociologia naquele momento, provavelmente isso nem estivesse na minha imaginação, e eu sequer havia aprendido as teorias da sociologia, o poder das teorias em sociologia, naquele momento. Isso veio depois, isso veio quando conheci Yves [Dezalay]. Mas eu posso contar um pouco como isso aconteceu.

FF: Estou muito interessado nisso.

IN: Sim, eu também!

FF: Bem, podemos dizer que a segunda metade da sua produção foi majoritariamente feita com Yves Dezalay.

dade. A *tenure track* é uma posição oferecida a jovens acadêmicos, que serão avaliados após alguns anos de exercício. Se cumpridos os requisitos pelo comitê *tenure*, é alcançada a posição de professor “vitalício”.

Sim, certo. E o que aconteceu foi que eu estava escrevendo sobre acesso à justiça, class actions e fiz pesquisa empírica sobre class actions com alguns amigos e nós realmente fizemos algumas entrevistas. E estava escrevendo um livro sobre reforma do direito, mudança social através dos tribunais mas, naquele momento parecia inútil escrever mais, por que nada estava acontecendo, tudo estava indo em outra direção. E também notei que muitas pessoas ainda estavam escrevendo as mesmas coisas. Naquele momento eu estava interessado, havia muitas pessoas interessadas, em como a história da ciência e da medicina sobre os paradigmas mudou ao longo do tempo, então eu estava muito curioso e começando a escrever alguns artigos sobre o tipo de ascensão e queda do movimento de acesso à justiça. E estava novamente muito envolvido na Law & Society e conheci Yves em um encontro anual da Law & Society e também continuava envolvido com Mauro [Capelletti] e direito processual internacional e etc. Mas conheci Yves e então, eu acho que David Trubek e outros, organizaram uma conferência na qual eu apresentava um artigo que Yves havia escrito. Eu devia apresentar o artigo dele e tecer críticas, que ele iria responder. Era um paper sobre resolução alternativa de disputas na França, que se conectava a arbitragem internacional. A minha crítica era no sentido de que não se pode estudar isso apenas na França, é preciso saber mais. E eu sabia um pouco de arbitragem comercial internacional, por que muitos dos professores de processo trabalhavam com arbitragem, então eu sabia porque tinha conexões com essa área e estava curioso sobre como, quem são essas pessoas e assim Yves e eu decidimos tentar algum financiamento para fazer essa pesquisa. Naquele momento eu já era diretor na Universidade de Indiana então não estava muito certo sobre como eu conseguiria fazer essa pesquisa mas, vocês sabem, você mergulha de cabeça. Conseguimos um financiamento da National Science Foundation³¹ e o que eu posso dizer é que o

31 A National Science Foundation, <http://www.nsf.gov>, é uma agência governamental federal independente que promove e apoia financeiramente o desenvolvimento de pesquisas e a ciência de modo geral, exceto ciências médicas. Criada em 1950, seu orçamento atual é de US\$7,5 bilhões, ela contribui com cerca de 25% do apoio público para a produção científica de todo o país. A NSF fomenta muitos projetos de pesquisa empírica em direito (ou, na

que me aproximou de Yves, e eu já havia começado a fazer isso, era tentar explicar, sistematicamente, a ascensão e a queda do movimento de acesso à justiça. E começar a pensar mais sobre a relação entre direito e mudança social, não promovendo direito e mudança social, mas tentando entender quais são as razões pelas quais o mundo não estava mudando no sentido que eu queria que mudasse. E qual é o papel dos juristas em tudo isso. Então começamos a trabalhar juntos e comecei a ler um pouco de Bourdieu e conheci Bourdieu no encontro da Law & Society em Amsterdã. E disse a ele: estou muito interessado em aprender mais e neste momento minha principal relação com isso é por intermédio do Yves. E Bourdieu disse: “existem intermediadores piores” [risos]. Então começamos a trabalhar juntos e, de certa forma, inventamos nosso próprio método, muito inspirado no trabalho de Bourdieu, e começamos a fazer entrevistas. Depois, por sorte, aconteceu de me mudar para a American Bar Foundation que era o trabalho perfeito para fazer essa pesquisa. Então me tornei diretor da American Bar Foundation em 1990, enquanto era professor em Indiana. Depois segui, me mudei para Chicago e não precisava mais dar aula, e tinha recursos, algumas vezes da Bar Foundation, outras da Fundação Nacional de Ciência e Yves e eu realmente começamos a fazer esse trabalho sobre arbitragem. Então pensamos em escrever um artigo e acabamos escrevendo um livro³². Depois gostamos tanto de trabalhar juntos que começamos um outro projeto, e outro projeto e mais outro... e foi assim que nossa parceria começou. E nós apenas... nos conhecemos e ambos, naquele momento, tínhamos interesses semelhantes e funcionou de forma muito boa. E algo interessante é que, quando estudamos os lugares, eu sou capaz de encontrar as conexões com os Estados Unidos e ele encontra as conexões mais orientadas para a Europa. Então, de certa forma, como o livro de arbitragem é em parte uma batalha entre o estilo Europeu e o Americano de arbitragem, nossas abordagens de certa forma

área do Direito e Sociedade) na forma de fomento integral aos projetos específicos e/ou de bolsas de pesquisa genéricas a Professores- Pesquisadores (os chamados “fellowshiPS”).

32 Y. Dezalay and B. Garth, *Dealing in Virtue: International Commercial Arbitration and the Construction of a Transnational Legal Order* (University of Chicago Press, 1996).

situavam o conflito no campo e isso foi muito legal. Bourdieu escreveu a introdução dizendo que aquele era nosso método, mesmo que nós não tivéssemos de fato nomeado como tal, mas isso nos levou, de certa forma, a pensar tais questões. Assim, eu comecei a mudar, de uma forma mais promocional, argumentando pela transformação legal, para buscar entender os processos de transformação jurídica. E aquele foi o momento em que as pessoas começaram a focar na globalização e nosso estudo era muito claramente um estudo sobre globalização do direito, que de certa forma começamos a olhar como um estudo de métodos alternativos de resolução de conflitos e que, depois, tornou-se um estudo sobre a globalização.

FF: Apenas um pequeno parêntese: como é a sociologia de Pierre Bourdieu? Essa é a orientação mais forte dos seus trabalhos com Yves Dezalay. Como os sociólogos americanos do direito recebiam, receberam, uma sociologia Bourdivina do direito?

Eu penso que tive sorte por ser um jurista e não estar no departamento de sociologia. Bourdieu é muito respeitado nos Estados Unidos. Mas é mais, é uma referência que, embora você a cite, muito poucas pessoas querem fazer o trabalho que Bourdieu inspira. Em parte por que envolve questões sobre família, capital, classe social, hierarquia e esses são assuntos que as pessoas que fazem sociologia jurídica estão menos interessadas. Eles estão interessados em temas como crime, raça, gênero mas não tanto no trabalho do tipo qualitativo...

FF: Os próprios agentes?

Os próprios agentes. E as posições dos agentes, incluindo as posições dos acadêmicos. E por isso penso que foi contra a corrente, em certa medida. Mas também, a abordagem do Bourdieu é relativamente leve, no sentido de que você pode contar uma boa história sobre o que aconteceu dentro de um quadro analítico de Bourdieu. Então você não está... não se trata de teoria pesada, a partir da qual você apenas usa terminologias ou coisas do tipo. E você pensa, independentemente de gostar de Bourdieu ou não, se você leu o livro sobre arbitragem você sabe muito sobre arbitragem, você

aprende quem eram essas pessoas, aprende como eles tornaram-se as pessoas que são, como o campo foi criado. E Bourdieu te treina a ver isso, olhar para isso mas, uma vez que você olhou, você consegue juntar, você monta uma boa narrativa que fecha com isso. Por isso acredito que os livros tenham sido bem recebidos. Não tanto por que eles tinham uma abordagem a partir da obra de Bourdieu, mas por que eles contavam às pessoas coisas que elas estavam interessadas em aprender.

FF: O que você diria que foi a grande contribuição que a parceria Garth – Dezalay trouxe para os estudos sociojurídicos?

Bem, acho que nós focamos realmente em conectar o global e o local. E existe muito sobre a exportação de ideias e como a colonização do norte enviou ideias para o sul mas, parte, eu penso, o que fizemos, que começou no livro sobre arbitragem, foi que começamos a ver que essa ampliação da arbitragem comercial internacional não se trata apenas de construir algo transacional, mas sim de transformar o local de modos diferentes, em cada lugar. Então, quando nós terminamos aquele livro, nós gostamos dele, mas os últimos três capítulos que eram sobre... os últimos dois capítulos sobre o Egito e a China e, particularmente, Hong Kong, e nós pensamos que não sabíamos o quanto queríamos saber, nós sabíamos muito pouco sobre os árbitros lá e sentimos que precisávamos estudar mais sobre o que estava acontecendo nesses lugares. Então pegamos a América Latina para escrever o livro seguinte³³, por que não havia arbitragem naquele momento, e seria uma mudança tentar ver como o internacional e o nacional se relacionam. Acho, portanto, que são pistas... e nós localizamos os atores, mapeamos as ideias e você pode ver como, por exemplo, existe a criação da escola de economia de Chicago e há pessoas que estudaram os “Chicago men” mas o que penso que conseguimos mapear é como essas ideias se desenvolveram de maneira diferente em diferentes versões de Estados. No Chile foi diferente, no Brasil foi parecido, ou mais próxi-

mo, do que na Argentina ou no México. Nós de fato ficamos interessados em tentar entender os campos jurídicos nacionais e como eles foram transformados por ideias específicas, abordagens, competições. Penso que, talvez, nossa inovação seja que permanecemos fiéis na busca de compreender as intersecções dos dois lugares. E foi certamente isso que fizemos no terceiro livro³⁴ e o que acrescentamos lá, em particular, foi focar mais no “império”. Por que quando você estuda a América Latina, você está estudando impérios semelhantes, apenas dois impérios, com abordagens parecidas. Mas quando você estuda a Índia, Indonésia, você está estudando impérios muito diferentes e portanto o que é direito hoje, é parte da história, assim como parte da guerra fria, parte das diferentes relações com os Estados Unidos, com as fundações. E, novamente, penso que parte da nossa inovação, foi realmente tentar mapear, se é possível dizer algo verdadeiro sobre todo o nosso trabalho, trata-se de tentar entender a competição global. “Palace Wars” é sobre quem ganha o globo. Sobre como eles estão transformando, de formas muito diferentes, diferentes lugares. E que há importadores, assim como há exportadores e você precisa estudar a posição dos importadores, o que as vezes é difícil, por que você está falando de coisas como classe social, hierarquia mas, frequentemente, sobre aqueles que são do sul também.

FF: Você tem algo a dizer sobre como as elites jurídicas receberam o seu trabalho, por exemplo, como os juizes da Suprema Corte Americana ou do Conselho de Estado Francês? Como eles, primeiro, se eles sabem sobre o que você e Yves falam deles? Se sabem, é bem recebido? Ou eles pensam que vocês os tratam como os sociólogos fazem?

Bem, eu penso que... é interessante, em parte por conta de nossa forma de colaboração, nós quase nunca escrevemos... nós temos sorte, por que não estamos em uma posição de ter que escrever ensaios que digam: aqui estão as desigualdades e aqui estão as mudanças que podem transformar isso. Nós nunca dissemos, nunca fizemos isso. Ape-

33 Y. Dezalay and B. Garth, *Global Prescriptions: The Production, Exportation, and Importation of a New Legal Orthodoxy* (University of Michigan Press, 2002).

34 Y. Dezalay and B. Garth, *The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists and the Contest to Transform Latin American States* (2002, University of Chicago Press).

nas contamos a história. E algumas pessoas podem ler a história como uma história de progresso enquanto outras podem ler como uma história de hierarquia, classe e dominantes e...

FF: E poder.

E poder. Então isso pode funcionar, eu não penso que nosso trabalho seja lido na Ásia ou na América Latina, por juizes das Altas Cortes ou algo desse tipo. Mas penso que, quando falamos com árbitros e com a comunidade da arbitragem, ambos os lados, poderiam usar o livro uns contra os outros. E a melhor coisa dita sobre isso foi enunciada por um árbitro: “lendo isso é como ler um autorretrato, eu vejo coisas diferentes sobre mim mesmo e não as teria visto de outra forma, de modo a entender mais sobre o mundo que vivo e sobre quem eu sou”. Então esse é o ideal, se você consegue fazer as pessoas verem dessa forma. O que mais tivemos, eu diria, é que acadêmicos têm mais problema com nossos livros. Em certo sentido por que eles nos veem como minando os direitos humanos ao dizer quem são os atores, ao falar sobre a competição existente entre Humam Rights Watch e Anistia Internacional, e dizem que isso deslegitima os direitos humanos de alguma forma, mesmo que os ativistas de direitos humanos, eles mesmos, lhes digam que aquele é o mundo deles e que ele funciona desse jeito. Mas nós fomos chamados de marxistas pelos acadêmicos. Penso também que fomos considerados problemáticos por aqueles que querem distinguir entre “hegemônico” e “contra-hegemônico”. Por que nosso trabalho, e é perfeitamente legítimo usar os termos “hegemônico” e “contra-hegemônico” mas, dentro do direito, nossa pesquisa sugere que é muito difícil separar os dois e que existe alguma sobreposição e que o processo de trabalho dos dois lados é semelhante. E uma posição mais ativista tende a encontrar algo que você gosta e forçar como “contra-hegemônico”, mas esse não é nosso trabalho e por isso fomos criticados algumas vezes por, por exemplo, advogados militantes. Eles às vezes são um problema por que, em geral, são nossos amigos, e consideram que não os estamos apoiando, dando suporte ao modelo puro, o ideal de advogados que fazem mudanças sociais. Ao contrário, estamos os colocando em um contexto, tentando explicar o que

fazem, mostrando como podem chegar à frente fazendo isso e, por isso dizem que você os está apresentando de modo frio. E, claro, a verdade é que os advogados de direitos humanos são pessoas que gravitamos em torno, são amigos e nós os apoiamos, mas nosso trabalho é tentar explicar e, como eu digo, é sobre compreender os processos que fizeram com que o movimento de acesso à justiça não prosperasse e, agora, como isso se dá em um contexto muito maior. Para nós a grande diversão é aprender esse contexto e perceber todos os pedaços se juntando em um tipo interessante de fotografia, na qual podemos ver como isso se relaciona com aquilo. Mas essa abordagem pode ser complicada. Uma vez fizemos uma proposta de projeto para a National Science Foundation na qual os avaliadores disseram: “o projeto não deve ser financiado e as ideias não devem ser estimuladas” [risos].

FF: Bryant, deixe-me propor algo, uma vez que o Paulo voltou³⁵, eu gostaria, ele vai lembrar, o processualista, o juiz, ele vai lembrar o nome e eu preciso pedir licença por dois minutos...

PS: Vocês estavam falando sobre?

FF: O professor paulista...

Há um professor em São Paulo, que é muito ativo na Associação Internacional De Direito Processual, ele é juiz, e eu estou tentando lembrar o nome dele...

PS: O nome dele, é um homem? Então não é...

É um homem, não é a Ada Pellegrini Grinover, que também é ativa, mas é alguém daqueles círculos. Ele fala muitas línguas e...

PS: Talvez... de São Paulo? Há alguém do Rio também.

Pode ser do Rio...

PS: Barbosa Moreira?

³⁵ O Professor Paulo Silva se ausentara momentaneamente da entrevista para uma reunião com o Professor Marc Galanter, previamente agendada e em conflito de horário.

Isso! Esse é o nome!

PS: Falando muitas línguas e... sim! Bem, eu acho que ele é o melhor processualista civil que temos no Brasil.

Ele é um dos bons?

PS: Sim, eu acho que ele é um dos melhores, talvez o melhor.

Há algo que me interessa, não sei se falo por que gravação está muito longa...

IN: Não, não, fique à vontade!

É que... alguém disse que os processualistas no Brasil estão de certa forma no topo do campo acadêmico...

PS: Sim, sim.

Então, essas pessoas seriam uma elite e é interessante que eu tenha encontrado com eles muito antes de eu saber sobre o Brasil.

PS: Você o conheceu?

Eu o conheci, ele esteve em Florença quando eu estava lá trabalhando no Acesso à Justiça.

PS: Em Florença, claro!

E depois eu me tornei, por conta de Mauro, me tornei vice-presidente da associação internacional de direito processual, mesmo depois que ele saiu, embora depois eu tenha decidido que não podia continuar, por que não era a mesma coisa sem ele, mas José [Carlos] Barbosa [Moreira] acho que era o vice-presidente da associação e por isso nos víamos muito, a ele e a esposa, muito frequentemente, em muitos eventos.

IN: Eu fiquei curiosa, professor, enquanto você estava falando sobre e, também por que estamos aqui na *Law & Society*, como a LSA ajudou, por que você disse que conheceu Marc Galanter e também professor Lawrence Friedman, David Trubek, você mencionou que a *Law & Society* foi muito importante...

Sim, e essas pessoas depois me impulsionaram e

*me tornaram um ator na LSA, pode-se dizer. Trabalhei em muitos projetos com eles e, quando fiz pesquisa na Índia, a primeira pessoa que entrevistei foi Marc Galanter, quando fiz pesquisa no Brasil, a primeira pessoa que entrevistei foi David Trubek. Por que ambos são tanto globais quanto locais e mapear as redes é uma forma muito interessante de entender a circulação de ideias e pessoas. Foi sempre muito interessante e, eu diria, eu mudei, durante a minha pesquisa, da corrente principal da *Law & Society* para algo um pouco mais fora, ao tentar explicar a mudança do direito e da sociedade, ao invés de promover a mudança social e jurídica. E é uma diferença sutil, por que as pessoas que promovem também tentam explicar, mas não da forma que nós tentamos explicar, então mesmo nossos livros têm sido aclamados mas sempre deixam as pessoas, de alguma maneira, um pouco desconfortáveis. E é por isso que estava dizendo, antes de você chegar, que é um pouco perturbador ler sobre isso e por isso as pessoas frequentemente não sabem o que fazer com os livros, eu diria.*

IN: E como você os conheceu? Digo, professor David Trubek, por exemplo.

Eu o conheci por que ele também integrava o [projeto] Acesso à Justiça. Ele era... e ele também é um grande conselheiro, ele me adotou, de certa forma, como ele provavelmente o fez com outras pessoas aqui. E foi ele quem me convidou para as pesquisas sobre teoria crítica, conferências e me levou a conhecer os demais, me envolveu em projetos, e por conta dele conheci Yves, era um projeto que o David havia organizado, então...

IN: Onde você conheceu Yves?

Eu conheci em um painel, sobre resolução alternativa de conflitos, mas isso foi quando me pediram para apresentar o trabalho dele, ou seja, essas pessoas tornaram possível conhecer outras pessoas.

IN: E Lawrence Friedman?

Lawrence Friedman foi meu professor, mas naquele momento ele não estava fazendo o que faz hoje, ele fazia um trabalho mais quantitativo e eu nunca

fui vocacionado para as contagens quantitativas, comportamentais. Mas ele era. O curso que fiz com ele, ele ensinava sobretudo isso. Mas foi ele que me encorajou a organizar meu primeiro painel sobre acesso à justiça na Law & Society. Ele teve um papel muito importante e para sempre terá. Meu filho é aluno dele agora.

IN: E onde ele foi seu professor? Em Stanford?

Sim, em Stanford. Meu filho também estuda direito em Stanford.

FF: Todos os seus filhos estudam direito?

Não, somente meu filho. Minhas duas filhas estão no que chamamos de curso de formação de enfermeiras, elas são enfermeiras com pós-graduação, mas estão muito bem. Eu tenho três netos.

PS: Penso que você é parte da segunda geração da *Law & Society*, esses caras que você mencionou, eles são mais velhos que você, mas mesmo assim você trabalhou com eles. Se eu não te conhecesse, eu iria pensar que você tem a mesma idade deles...

Em parte por que eu... eu era jovem quando trabalhei no projeto “Acesso à Justiça”, então isso explica isso em parte. Mas eu estava definitivamente atrás deles. E eu penso que por isso fui atraído a fazer mais sociologia jurídica, por que meus primeiros escritos eram muito mais nos moldes do trabalho de Marc Galanter e David Trubek e da forma que a Law & Society existia, não havia um lugar para mim, sabe, para de fato fazer a minha reputação, por que você está escrevendo para agradar seus orientadores. E é claro que eles vão mudar e você precisa mudar com eles, mas eu não sabia ao certo explicar quem eram meus mentores e colocá-los em um quadro. Escrevi sobre a história da Law & Society com a Joyce Sterling³⁶ [From Legal Realism

36 Joyce Sterling é Professora da Universidade de Denver, junto ao Sturm College of Law, onde leciona “*Legal Ethics and Legal Profession*”. Suas pesquisas estão na área de profissões jurídicas e educação jurídica. Nas últimas décadas, a Professora Sterling tem investigado principalmente as diferenças de gênero nas carreiras jurídicas. Desde 1997, ela é uma das principais pesquisadoras, com o próprio Bryant Garth, do conhecido projeto “*After the JD*”, um es-

to Law & Society] e Yves também fez parte disso, ele fez algumas entrevistas comigo. Nesse momento consegui entender esse mundo no qual eu existia e com quem eu estava relacionado.

FF: Se você me permite voltar a um dos seus trabalhos com Yves Dezalay, não apenas sobre elites jurídicas, mas existe uma característica geral, que corta todos eles, deixe-me, eu diria...

Eu tenho que ir, temos o almoço da Law & Society em seguida.

FF: Mais dez minutos?

Sim.

FF: Então... há uma grande ambição em comparação, muito diferente do que um antropólogo chamaria de comparação, digamos, comparar pela observação, dois ambientes bem pequenos e controlados. Vocês normalmente comparam três culturas jurídicas, quatro países e... vocês constroem, é bem diferente o seu trabalho e do Yves Dezalay, essa grande ambição comparativa. A abordagem, vocês conseguem comparar, não apenas por que vocês têm o quadro teórico do pensamento de Bourdieu, a noção de campo jurídico, mas também por que vocês desenvolveram uma metodologia comparativa que é particular. Você concorda?

Certo! E eu comecei a pesquisar trabalhando com direito comparado, e o que nós fazemos não é direito comparado. Por que tentamos, por que existe uma relação entre eles, são todos parte de processos semelhantes, esses impérios, a criação da economia como disciplina, mesmo da sociologia como disciplina. Todos participam no mesmo fluxo hierárquico de ideias e pessoas. O que nós tentamos fazer foi aprender sobre campos de poder, poder

tudo longitudinal de carreiras jurídicas nos EUA, também mencionado pelo entrevistado. Outro artigo publicado em co-autoria por ambos é “*Exploring Inequality in the Corporate Law Firm Apprenticeship: Doing the Time, Finding the Love*” (Georgetown Journal of Legal Ethics novembro de 2009), que explora o dado, revelado em pesquisas desde a década de 1980 e observado em mais detalhes e amplitude no próprio projeto “*After the JD*”, de que mulheres e minorias em geral ascendem em muito menor proporção às posições de sócio nos escritórios de advocacia.

econômico ou poder do estado, por meio dos quais nós pudéssemos ver como as coisas, o mesmo grupo de estímulos, por um lado, afetou de forma tão diferente cada lugar. A nossa comparação é uma comparação de um alvo em movimento, mais do que um alvo estável, e por isso cada vez mais chegamos na história, por que queríamos tentar entender esses alvos se movendo. Assim, você tem a ascensão de uma crise global de algumas fontes, ou mesmo o triunfo da América depois da Guerra Fria, o que subitamente afetou a vida das pessoas, esse novo conjunto de ideias e ortodoxias saindo dos Estados Unidos, que se espalhou pelos campi americanos e você pode ver como eles se desenvolveram de modo diferente, em diversos lugares, e eu penso que o que nos distingue é que nós nos preocupamos muito em ir até esses diferentes lugares e tentar ver isso. Na Argentina não é o mesmo que o Chile, não existe uma história solucionadora particular, ao contrário, há semelhanças, mas a história do Brasil é muito diferente da Mexicana. E eu penso que isso foi algo que nós realmente não esperávamos. Quando nós começamos a fazer Palace Wars nós iríamos fazer dois, eu acho que dois países, na América Latina, dois no Leste Europeu e depois nos demos conta que não havia “uma” América latina, não era possível fazer apenas um e... e eles eram tão diferentes, que nós acabamos dizendo que iríamos fazer apenas quatro países e claro que, mesmo assim, ainda alguns países como a Colômbia e a Venezuela, teriam histórias muito diferentes daquelas que contamos.

FF: Então se você me permitir apenas mais uma pergunta, se vocês Izabel e Paulo estiverem satisfeitos, que mensagem... você está diante de três juristas, como você que, durante seus estudos e o início de suas carreiras, tentaram não fazer do direito um estudo técnico mas algo dentro dos estudos sobre direito e sociedade, esse é o nosso perfil, nós três. Que mensagem você daria para os jovens estudantes de direito ou sociologia no Brasil, que querem fazer pesquisa nessa área, como uma trajetória em suas carreiras. O que você diria para eles?

Minha mensagem seria absolutamente para fazerem isso. E penso que, para todos nós, estudarmos o nosso próprio campo, estudar o campo da so-

ciologia, do direito no Brasil, por que nós também veremos todas as coisas que naturalmente impulsionam vocês numa direção e desse modo você pode conscientemente usar isso, ou pode ir contra, você que decide. Mas os melhores pesquisadores sempre, pra mim, foram aqueles que conheciam os seus campos, sabiam como o que eles escreviam seria recebido e demanda muito trabalho fazê-lo. Mas quanto mais curioso você fica sobre o mundo no qual você vive, mais preparado você está para ir além, o que é desafiador no Brasil por que, muitas vezes, é remar contra a maré e é muito gratificante quando você faz algo contra todas as forças, algo que pôde ser feito. A questão é que você precisa de aliados, você precisa de inimigos, você precisa de amigos. Então eu penso que é muito... vale muito a pena fazer essas pesquisas, mas existem revezes constantes e é difícil resistir a eles.

FF: Izabel ou Paulo? Eu estou satisfeito.

IN: Eu gostaria de lhe perguntar mais sobre o projeto que você trabalha atualmente, chamado “Depois da Faculdade de Direito” e a sua relação com esses projetos e com a *American Bar Foundation* mas penso que a entrevista foi muito boa então se não der tempo, tudo bem...

Eu posso dizer que “Depois da Faculdade de Direito”³⁷ começou quando eu estava na American Bar Foundation e por que comecei a estudar os juristas globalmente e depois passei a estudá-los dentro dos Estados Unidos, o que foi perfeito para a ABF por que deu a ela credibilidade, realmente estudar os juristas, não apenas questões exotéricas e por isso comecei com a pesquisa e a desenvolvimento há dezesseis anos. É orientada para um tipo de abordagem de Bourdieu, de capital social. Mas eu considero, honestamente, eu amo essa pesquisa e continuo trabalhando nela, mas eu a considero minha pesquisa de lazer, não é como o tipo de pesquisa que faço com Yves.

PS: Eu estou satisfeito, tenho muitas perguntas sobre o projeto Acesso à Justiça, mas eu acredito que vocês

37 NT: No original “After the JD” e conforme já explicado o curso de direito nos EUA, que é conhecido como *Juris Doctor* ou simplesmente JD, é uma pós-graduação que dura 3 anos.

já falaram sobre isso.

E vocês podem me escrever sempre.

PS: Claro. Apenas mais uma pequena pergunta, você acredita que “acesso à justiça” está voltando à tona na *Law & Society*, por que eu vejo muitos... você tem a mesma sensação?

Sim, eu penso que está. Eu penso que, em parte, por que existe muita gente boa envolvida no tema, como Rebecca Sandefur³⁸, que é muito criativa. E penso que... existe uma certa crise nas profissões jurídicas que tem sido percebida e está reabrindo algumas questões. Se cobramos tanto dinheiro nas Faculdades de Direito, como os advogados podem trabalhar para pessoas físicas? E há pessoas, em um dos painéis, dizendo que a escolha não é apenas entre o interesse público e direito das empresas, ambas podem ser carreiras de elite. Nós devemos aprender mais sobre as pessoas que trabalham para outras pessoas, quem são elas, o que elas fazem. Entrevistei advogados que atuam sozinhos, no projeto “Depois do Doutorado em Direito”, para tentar entender como as pessoas fazem carreiras não vinculadas à elite, mas enraizadas em uma comunidade, falando uma língua estrangeira, não inglês mas espanhol, coreano, árabe e construindo esses tipos de trajetórias...

PS: Está voltando, mas com questões diferentes ou algo do tipo...

38 Rebecca Sandefur é Professora do Departamento de Sociologia e do College of Law da Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign e “Faculty Fellow” da American Bar Foundation, onde criou e desenvolve um amplo projeto de pesquisa em acesso à justiça. Seu foco de estudos é a relação entre direito e as desigualdades e ela integra uma nova geração de promissores “scholars” no âmbito da “Law and Society”. Suas publicações mais recentes retomam, renovam e avançam as pesquisas sobre acesso à justiça, frequentes nos EUA na década de 1980 e, desde então, um tanto fora da pauta geral. Sua perspectiva se caracteriza pela análise do acesso à justiça a partir da recuperação dos conceitos de classe, raça e gênero, clássicos na Sociologia e, segundo ela, não inteiramente aproveitados nos sobre acesso à justiça da fase anterior. Ela também integra o projeto “After the JD”, mencionado pelo entrevistado. Outro seu projeto atual busca identificar as experiências e necessidades das pessoas e das comunidades em termos de serviços jurídicos e acesso à justiça, com apoio da National Science Foundation.

É diferente e é mais técnico hoje. Quando estávamos fazendo a pesquisa, tratava-se de tornar efetivos os direitos de um estado que redistribuiu, de alguma forma, os mecanismos de acesso à justiça e eu não vejo isso voltando, a esse ponto. Há alguma conexão, Thomas Piketty está mais preocupado com isso, mas não da mesma forma que naquele tempo. E agora tenho que ir almoçar.

FF: Professor Bryant Garth, obrigado!

IN: Muito obrigada, professor!

PS: Obrigado! Nos vemos no Brasil!

Sim! Obrigado a vocês! Estou muito honrado com esse convite.